

## A concepção de infância em Rousseau

*Rafaely Karolynne do Nascimento Campos\**

*Tacyana Karla Gomes Ramos\*\**

### Resumo

Em diferentes épocas e sociedades foram construídas ideias e representações acerca da criança e de sua infância, esses conceitos vêm se modificando assim como se modificam as sociedades. Nessa perspectiva, a concepção de infância pode ser entendida sob diversos olhares, tempos e espaços. O presente artigo discute o conceito de infância em Jean-Jacques Rousseau a partir da leitura da obra *Emílio ou da Educação*. Portanto, objetiva-se com esse trabalho compreender como Rousseau concebe o conceito de infância em sua época. A metodologia desse trabalho baseia-se na pesquisa de caráter bibliográfico. Analisamos o discurso de Rousseau acerca do conceito de infância, o qual defendia que a infância necessitava ser compreendida por ela mesma e não a partir das referências da categoria geracional dos adultos.

**Palavras-chave:** Infância; Educação; Rousseau; Interesse.

\* Doutoranda, Mestre em Educação e licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rafakarolynne@yahoo.com.br

\*\* Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: tacyanaramos@gmail.com.br

## *Rousseau's conception of childhood*

### **Abstract**

In different epochs and societies, ideas and representations were constructed about children and their childhood. As well as societies, these concepts have changed. Therefore, the conception of childhood can be understood under different points of view, times, and spaces. This paper discusses Jean-Jacques Rousseau's concept of childhood from the reading of *Emile, or On Education*. Based on a bibliographic research, the purpose of this study is to understand how Rousseau conceives the concept of childhood in his time. We analyze Rousseau's discourse on the concept of childhood, which argued that childhood needed to be understood by itself and not from the references of the generational category of adults.

**Keywords:** Childhood; Education; Rousseau; Interest.

## *La concepción de infancia en Rousseau*

### **Resumen**

En diferentes épocas y sociedades se han construido ideas y representaciones acerca del niño y de su infancia, esos conceptos se han ido modificando así como se modifican las sociedades. En esta perspectiva, la concepción de infancia puede ser entendida bajo diversas miradas, tiempos y espacios. En este artículo se discute el concepto de infancia de Jean-Jacques Rousseau a partir de la lectura de la obra *Emilio, o de la Educación*. Por lo que, con este trabajo se busca comprender cómo Rousseau concibe el concepto de infancia en su época. La metodología usada en este artículo se basó en la investigación de carácter bibliográfico. Se analizó el discurso de Rousseau acerca del concepto de infancia, el cual defendía que la infancia necesitaba ser comprendida por ella misma y no a partir de las referencias de la categoría generacional de los adultos.

**Palabras clave:** Infancia; Educación; Rousseau; Interés.



## Introdução

Em diferentes épocas e sociedades foram construídas ideias e representações acerca da criança e de sua infância, esses conceitos vêm se modificando assim como se modificam as sociedades. Nessa perspectiva, a concepção de infância pode ser entendida sob diversos olhares, tempos e espaços.

Durante muito tempo a criança foi reduzida por visões tradicionais que a via como mero ser biológico, imaturo, incompleto, um ser em formação. Assim, a infância era vista como um período de crescimento e de imperfeição e a criança como um sujeito pré-social em processo de desenvolvimento e introduzido progressivamente na sociedade pelas instâncias de socialização.

A tese de Ariès (2006) afirma que a infância, tal qual é concebida hoje, é inexistente antes do século XVI. Sarmiento (2003) reforça o argumento defendido ao ressaltar que apesar de ter havido sempre crianças, nem sempre houve infância, enquanto categoria social. Sendo dessa forma, a concepção de infância uma compreensão moderna.

A consciência social da existência da infância é apontada por Ariès por meio de uma historiografia, na qual o autor resalta o sentimento de infância construído no imaginário coletivo durante o século XVII. A obra de Ariès (2006, p. 99) torna-se um trabalho revolucionário acerca da história da infância.

Na sociedade medieval, [...] o sentimento da infância não existia. [...] O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.

Para a Ariès, a ideia de infância estava relacionada a uma “atenção à natureza particular da criança” (CORSARO, 2011, p.76). Assim, para o autor os primeiros interesses pela infância geraram um sentimento de paparicação no século XVI, quando a criança passou a ser percebida por sua ingenuidade e graça, tornando-se fonte de diversão para adultos. Ariès (2006, p. 10) argumenta:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.

Em oposição à ideia da paparicação, surge o sentimento de moralização idealizado pelos moralistas e educadores, cujo interesse residia na preocupação moral das crianças. Os moralistas e educadores viam a infância como um período da imaturidade, de



treinamento e que as crianças deviam ser disciplinadas a fim de se tornarem adultos racionais. Segundo Corsaro (2011) os registros sobre moralização e educação se constituíram como base para o desenvolvimento da psicologia da criança, a qual teve grande influência sobre as concepções de infância na contemporaneidade.

Conforme Soëtard (2010), o interesse pela criança era próprio da época e por vezes parecia tornar-se em modismo, no qual moralistas, educadores e médicos redobravam os argumentos para incentivar as mães a se ocuparem com seus filhos, introduzindo a temática do aleitamento. Rousseau, um intelectual de sua época, participou deste movimento de desenvolvimento do “sentimento pela infância”.

De acordo com Ariès (2006), as ideias iluministas trouxeram uma preocupação com a infância de modo sistematizado. Os processos de mudanças e transformações conduziram o imaginário coletivo para uma perspectiva racional de progresso. A ideia de progresso pela via da educação estabelecendo como finalidade do processo educativo a formação do sujeito racional e autônomo ganha discussão central.

Nesse contexto, apesar do tema educação fazer parte do debate filosófico-intelectual de sua época, Rousseau ocupa um lugar central na pedagogia moderna ao considerar as particularidades de cada criança. Soëtard (2010, p. 13-14) amplia o argumento defendido quando afirma que:

O gênio de Rousseau, que consagra a originalidade radical de sua empreitada, é o de ter pensado a educação como uma nova forma de um mundo engajado, contraditoriamente, em um processo histórico de deslocamento. Enquanto seus contemporâneos mais ativos, também tocados pela “graça educacional”, ocupam-se de “fabricar a educação”; e os mestres do pensamento se esforçavam, por meio da educação, de remodelar o homem, tornando-o senão um humanista, um bom cristão, um cavalheiro, um bom cidadão, Rousseau deixa de lado o conjunto das técnicas, rompendo com todos os modelos e proclamando que a criança não tem que se tornar outra coisa senão naquilo que ela deve ser.

Nessa trilha de proposições, Rousseau como um crítico da razão pôde examinar a forma como as crianças eram tratadas em seu tempo e dessa maneira evidenciar a importância de serem respeitadas como crianças, em suas palavras, em seu próprio mundo. Neste tempo, marcado por profundas transformações, em praticamente todos os âmbitos da vida humana, Jean Jacques Rousseau publica o *Emílio* em 1762.

Rousseau cria o conceito de infância e torna-se revolucionário, por representar uma total transformação na concepção de pedagogia. A leitura educativa da obra tem relação direta com os princípios de desenvolvimento que pairavam à época. Conforme Delumeau (1984), Rousseau viveu em um contexto histórico que o surgimento da burguesia acompanha uma forma de se considerar a infância. Assim, segundo Streck (2004, p. 25) “a narrativa de formação da Modernidade encontrou no *Emílio* uma de suas expressões mais acabadas, duradouras e – com certeza – controvertidas.”

Partindo da ideia de que o homem é naturalmente bom e que, sendo má a educação dada pela sociedade, Rousseau propõe uma educação negativa, capaz de formar um homem livre que preze pelo bem comum. E para formar um homem livre, há apenas um meio: tratá-lo como um ser livre, respeitando a liberdade da criança.



Rousseau não pretendia escrever um manual prático de educação, como ele mesmo alertou no início da obra. Ao apresentar máximas de como lidar com questões práticas da educação com seu aluno imaginário, Rousseau expõe um conjunto de princípios que deveriam nortear toda prática pedagógica, diferindo-se fortemente de um conjunto de receitas.

Nesse contexto, o autor estruturou sua obra *Emílio* em cinco partes e se propõe a abordar o desenvolvimento sensitivo, cognitivo e moral do ser humano, segundo as diferentes fases da vida do seu personagem fictício, apresentando o desenvolvimento desde o nascimento até os 25 anos.

Segundo Piletti e Piletti (2013) a intenção de Rousseau em dividir sua obra em fases era reconstruir a história do ser humano, condenando a influência destrutiva da sociedade educada na formação da humanidade, como ele já havia feito em outras obras.

A primeira fase, a qual chamou de idade da necessidade, compreende o período entre o nascimento e os dois anos de idade. A segunda fase, denominada de idade da natureza, se inicia com os dois anos e se estende até os doze anos. A terceira fase, intitulada por Rousseau com a idade da força, também classificada como fase intermediária, engloba o período dos doze aos quinze anos. A quarta fase abrange a idade dos quinze aos vinte anos, dedicando-se a abordagem da juventude. E por fim, a última fase, a idade adulta, nomeada de idade da sabedoria e do casamento.

Este trabalho tem como objetivo central a discussão acerca do conceito de infância na obra *Emílio*, portanto, delimita-se na análise das duas primeiras fases, as quais Rousseau denominou de idade da infância, desdobrando-a em primeira e segunda infância.

### *O conceito de infância em Rousseau*

Rousseau inicia o prefácio do livro “Emílio” afirmando que o contexto de sua época desconhece a infância, o que se configura como um problema sério para a sociedade, pois, a formação do homem deve iniciar com a consideração da infância como parte essencial desse processo de constituição do homem livre, tão presente no discurso da época. Afirma Rousseau (2004, p. 4):

Não se conhece a infância; no caminho das falsas idéias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que aos homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condições de aprender. Procuram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem

O conceito de infância pautava-se na ideia do adulto em miniatura, do adulto defeituoso. Nesse sentido é estabelecido um parâmetro, um ideal de futuro, um alvo a ser atingido no porvir, na idade adulta, negando-lhe toda a especificidade da criança enquanto criança, no estado presente. Dalbosco (2007, p. 320-321) contribui nesse sentido, afirmando que:

Como um ser extremamente limitado e inferior, racionalmente, a criança não possui condições de “ocupar-se consigo mesmo” e por isso, ainda não está na posição de alcançar o domínio moral sobre si mesma, condição que a exclui de uma parti-



cipação efetiva na pólis, sendo posta na mesma situação do escravo. Embora seja um ser em potencial, ela é incompleta e inferior em relação ao adulto e, por não ser dona de si mesma, precisa ser guiada pela intervenção do adulto, aquém compete em última instância moldar seu comportamento. Enfim, este pensamento justifica um conceito de infância como uma fase de potencialidades latentes, mas muito determinada por limites evidentes; tal pensamento traz, como consequência, um conceito de infância como projeção do mundo adulto.

A representação de infância se caracteriza pelos traços da negatividade. A criança é vista como o não-adulto, ressaltando suas características como um ser inacabado, incompleto. Sarmiento (2005, p. 23, *grifos do autor*) amplia o argumento defendido ao destacar que “a *infância como a idade do não* está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: *in-fans* – o que não fala”

Nessa perspectiva, partindo do sentido etimológico da palavra infância, a visão da criança como falta, como aquilo que ainda não é, o conceito de infância é abordado a partir da concepção de adulto, ou seja, a criança é considerada a partir de suas limitações, debilidades e incompletude frente à capacidade, completude e perfeição do adulto.

Boto (2002) amplia o argumento defendido, ao ressaltar que neste contexto histórico somente a maturação de idade e educação poderiam suprir todas as faltas e carências presentes na representação e ideia de criança vigente, assegurando que a pequeno indivíduo deveria ser regulado, adestrado e normalizado para o convívio em sociedade.

Para Rousseau, mesmo a infância representando um sistema com etapas que levam a criança à preparação a fase adulta, ela é vista como um período autônomo, com relevância em todas as suas fases. Château (1962, p. 165), um dos estudiosos acerca do pensamento de Rousseau na obra *o Emílio*, amplia o argumento defendido ressaltando que “a criança não é um adulto inacabado, ela possui seu valor nela mesma. Em certo sentido, que é o mais importante, cada idade se basta a si mesma.”

Contrariando a concepção na qual a criança é percebida apenas como um “vir a ser”, Rousseau defende a infância como uma fase essencial da formação do homem, devendo ser considerada e respeitada em suas especificidades, centralizando, dessa forma, sua abordagem na criança, considerada não apenas um ser em construção, mas uma criança, como ser completo em si mesmo.

Nessa trilha de proposições, para Rousseau a educação das crianças predominante de sua época não tem lugar adequado, pois a educação de sua geração tenderia mais a destruir do que a edificar. A respeito Rousseau (2004, p. 72) comenta:

Que devemos pensar, então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torna-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? Mesmo que eu considerasse razoável essa educação por seu fim, como encarar sem indignação essas pobres infelizes submetidas a um jugo insuportável e condenadas a trabalhos contínuos como os galeotes, sem ter certeza de que tantos trabalhos algum dia lhes serão úteis! A idade da alegria passa-se em meio a prantos, a castigos, a ameaças, à escravidão.



Nos dois primeiros livros que discorrem sobre a idade da necessidade e idade da natureza, Rousseau expõe alguns exemplos de como a educação de sua época tentava apressar o desenvolvimento das crianças, despertando uma atividade racional na criança antes do estágio apropriado para seu desenvolvimento, não respeitando, dessa forma, o tempo da criança. O papel da educação vigente seria corrigir os defeitos da criança para que ela se tornasse um adulto de fato, o que para Rousseau era um grande erro.

A esse respeito, Rousseau (2004, p. 134) assegura:

Suprimindo assim todos os deveres das crianças, suprimo os instrumentos de sua maior miséria, os livros. A leitura é o flagelo da infância, e é quase a única ocupação que lhes sabem dar. Assim que completar doze anos, Emílio saberá o que é um livro. Mas pelo menos, dirão, é preciso que ele saiba ler. Concordo, é preciso que ele saiba ler quando a leitura lhe for útil; até então, só servirá para aborrecê-lo.

Rousseau (2004, p. 7-8) destaca que a educação estabelecida em seu tempo tinha a tendência adultocêntrica de querer moldar a criança de acordo com seus interesses. Para ele essa prática poderia significar tudo menos educação.

Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim. [...] Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação.

Rousseau denuncia a educação dada às crianças de sua época, relatando uma realidade que difundia uma organização social que explicitamente valorizava o adulto em detrimento da criança. Nesse contexto, Rousseau apresenta sua crítica ao método tradicional da pedagogia que apresentava um ensino autoritário, cuja relação professor aluno baseava-se unicamente na transmissão autoritária de conhecimentos. A esse respeito, Cerizara (1990, p. 42) esclarece, “os educadores do tempo de Rousseau praticavam um ensino livresco e formal, preocupados com a disciplina e a memorização de conteúdos, sem levar em consideração as especificidades da infância”.

Desse modo, na perspectiva educacional moderna, as ideias rousseauianas alertam para a “necessidade de se inverter a relação vertical existente entre adulto e criança, tornando-a uma relação horizontal, na qual o adulto passa a ter o compromisso de perceber e respeitar a criança como tal” (QUEIRÓZ, 2010, p. 22).

O iluminismo pedagógico de Rousseau propõe uma ruptura com a concepção tradicional de infância e propõe um novo conceito de infância, que apresenta como tese central a ideia de ver a criança a partir de suas características, respeitá-la em seu próprio mundo. Assim, Rousseau constrói sua concepção de infância a partir da crítica à forma tradicional de se entender e tratar as crianças de sua época. Para Jean Jacques Rousseau era necessário respeitá-la em seu próprio mundo, “respeitá-la em sua própria idade, em seu processo de amadurecimento biológico e cognitivo específico, considerando as necessidades e potencialidades respectivas a cada período” (DALBOSCO, 2011, p. 136).

A crítica de Rousseau ao formato educativo apresenta-se ao fato das crianças serem adestradas pelo modelo educacional vigente e para ele, a maneira de se evitar essa moldagem é



compreender a criança em seu próprio mundo, considerando suas especificidades por meio de uma educação natural.

A esse respeito, Rousseau (2004, p. 91) argumenta:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; e termos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhes são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas [...].

O propósito de Rousseau é que a criança seja educada a partir de sua própria natureza, revelando que precisamos percorrer fases ao longo da vida, desenvolvendo-se tanto físico quanto psicologicamente. Para se tornar adulto, necessariamente, o ser humano precisa vivenciar a infância, ser criança. Grumiché (2012, p.24) comenta que “esse é o caminho natural, e Rousseau almeja que a educação siga igualmente esse percurso.”

Nesse contexto, a educação defendida por Rousseau baseia-se no projeto de educação natural (DALBOSCO, 2011), que consiste na educação pautada no retorno à natureza, “à centralidade das necessidades mais profundas e essenciais da criança, ao respeito pelos seus ritmos de crescimento e à valorização das características (CAMBI, 1999, p. 346). Entretanto, conforme Aranha (2006, p. 209), o projeto de uma educação segundo a natureza, “não significa retornar à vida selvagem ou primitiva, e sim buscar a verdadeira natureza, que corresponde à vocação humana”.

Cambi (1999, p. 346) apresenta como deve ser a educação segundo a natureza na perspectiva rousseuniana:

A educação deve ocorrer de modo “natural”, longe das influências corruptoras do ambiente social e sob a direção de um pedagogo iluminado que oriente o processo formativo do menino para finalidades que reflitam as exigências da própria natureza. Cabe lembrar, porém, que “natureza” no texto de Rousseau assume pelo menos três significados diferentes: 1. como oposição àquilo que é social; 2. como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não-urbano e por isso considerado genuíno. Trata-se, deste modo, de operar uma “naturalização” do homem, capaz de renovar a sociedade europeia moderna, que chegou a um estado de evolução (e de corrupção) que torna impossível a sua reforma política, segundo o modelo republicano democrático do “pequeno estado”

Nesse contexto, na educação com foco no “retorno à natureza do homem”, a criança é tirada dos pais, isolada da sociedade e entregue às mãos de um preceptor ideal que se propõe a educá-la em contato com a natureza, buscando respeitar os ritmos de crescimento e valorizando as características específicas da criança.

Na compreensão rousseuniana a educação natural se inicia com o refinamento dos sentidos e o fortalecimento do corpo, visando o desenvolvimento afetivo-sensitivo indispensável para o desenvolvimento cognitivo-moral da criança e necessários posteriormente à constituição de um ser autônomo e livre.



Nessa trilha de proposições, Queiróz (2010, p.44) contribui afirmando que:

O projeto de educação natural, tendo como um de seus princípios fundamentais o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos, rompe com um modelo educacional caracterizado pela proteção excessiva e pela precipitação de fases, que analisa a infância tomando como referência o adulto e vendo na criança apenas a incompletude.

Contudo, Rousseau destaca que tratar a criança como criança não significa atender todos os seus desejos e deixá-la fazer o que ela quiser, como também não significa reduzir o papel do adulto frente às suas responsabilidades pedagógicas (DALBOSCO, 2011). As reflexões de Queiróz (2010, p.37) para essa compreensão são fundamentais:

Falar de uma educação natural, contudo, não pode ser compreendido como o afastamento da criança da sociabilidade, mas, sim, no que se refere ao desenvolvimento das dimensões biológicas, cognitivas e morais do ser humano mediante a natureza; nem significa desresponsabilizar a intervenção adulta e a razão desse processo, pois ambas não são opostas à ideia de natureza, mas justamente por meio dela se torna possível o desenvolvimento motor e psíquico do indivíduo. Nessa mesma direção segue-se o conceito de infância, no qual a criança não é mais um “adulto em miniatura”, mas passa a ser tratada como criança, no seu mundo infantil.

Os dois primeiros livros do Emílio trazem indicações acerca do desenvolvimento cognitivo e moral da criança, nos quais Rousseau aborda o processo de socialização da criança, considerando sua relação com o mundo adulto.

Rousseau apresenta uma série de recomendações e observações relativas ao corpo e à saúde do bebê e da primeira infância. No primeiro livro encontramos informações relevantes para a educação, tais como aspectos acerca das necessidades infantis: o parto, o choro do recém-nascido, as roupas que apertam e sufocam os movimentos dos bebês, o desenvolvimento da linguagem, a forma de se aprender a andar, da alimentação correta, a temperatura ideal da água do banho, dentre outras informações.

As ideias de Rousseau demonstram que o mundo infantil é marcado por necessidades específicas e muito depende do modo como o adulto exerce seus cuidados para atender tais necessidades (DALBOSCO, 2011). Nesse sentido, “Rousseau revela quão decisiva é a influência dos adultos na (de)formação da criança e como predomina nos pais uma visão da criança como dependente do adulto e exposta às suas variações de estado de espírito.” (CERIZARA, 1990, p. 47).

As informações de Dalbosco (2009, p.183) são fundamentais, ao afirmar que o discurso de Rousseau demonstra que a especificamente no papel do adulto, “indica o grau de complexidade presente em sua relação com a criança, mostrando que a tarefa adulta movimenta-se no fio da navalha de não adestrar a criança e nem se deixar ser por ela escravizada.” Nesse sentido, a educação proposta por Rousseau alinha-se com a ideia de condução da criança pelo caminho da natureza regulada pelo modo como o adulto exerce seus cuidados em relação às necessidades da criança.



Conforme Dozol (2006, p. 52), a partir das reflexões de Rousseau acerca do lugar da infância na ordem da vida humana, ele “descobrirá que a infância é uma das etapas evolutivas mais importantes do processo de maturação do homem e, possui justamente por isso, um valor em si mesma”. Nessa perspectiva, a infância, período básico da formação do homem, assume uma centralidade na proposta pedagógica de Rousseau.

Contrário ao aligeiramento dos processos de desenvolvimento da criança, a proposta do autor é deixar amadurecer a infância, respeitando, conhecendo e não apressando as fases do desenvolvimento da criança. Nesse contexto, Rousseau (2004, p. 119) nos orienta a “perder tempo” com as crianças, buscando conhecer o modo particular de ser criança. Sendo assim, ele aconselha: “Respeitei a infância e não vos apresseis em julgá-la, quer para o bem, quer para o mal [...]”

O ideal revolucionário de Rousseau reside, portanto, no entendimento da infância como um período próprio, que apresenta especificidades que requerem uma educação específica como parte fundamental para o processo de formação do homem livre, capaz de agir e pensar por conta própria. Nesse sentido, Rousseau centraliza sua obra na “inversão metodológica de tomar a formação pedagógica na infância como uma condição indispensável do desenvolvimento da ação moral adulta” (DALBOSCO, 2011, p. 21).

### *Considerações conclusivas*

A infância é uma condição da criança, “ela não existe desde sempre, e o que hoje entendemos por infância foi sendo construído ao longo do tempo” (COHN, 2005, p. 21). A partir dessa compreensão, a ideia de infância é fruto das representações de cada sociedade, modificando-se conforme o momento histórico, a sociedade e as culturas.

Em uma época em que as crianças eram tão pouco consideradas, Rousseau com um novo olhar sobre a infância, como uma fase que possui especificidades e, por isso mesmo, precisa ser estudada com atenção e percebida como tal, demonstra seu interesse pelas crianças, construindo o conceito moderno de infância, entendida como um modo particular, uma condição de ser criança.

Corroboramos com as ideias de Dalbosco (2011) ao afirmar que Rousseau inova no entendimento de infância, projetando a criança num estatuto próprio, com repercussões inovadoras para a formação moral e revolucionária para a pedagogia.

Rousseau apresenta seu projeto de educação natural proposto para a infância, etapa da vida que considera a mais importante, por se constituir uma fase na qual serão alicerçadas as bases para a formação do homem racional. Para o autor não considerar a infância como uma etapa indispensável da formação do ser humano pode se constituir em um grave problema para a sociedade.

Podemos concluir que Rousseau causa uma revolução no campo da pedagogia, ao perceber e considerar a infância como uma fase específica do desenvolvimento humano, opondo-se aos valores e instruções enraizados no modelo pedagógico de sua época, construindo uma tese pedagógica, que adota o desenvolvimento infantil como núcleo central da constituição do homem e por conseguinte da sociedade (QUEIRÓZ, 2010)

Portanto, o discurso de Rousseau quer como crítica à sociedade de sua época, quer como oposição à educação de seu tempo, constitui um engrandecimento dos processos



educativos como forma de constituição da sociedade moderna, depositando um poder emancipador extraordinário à educação.

Tendo em vista o papel de “revolução” que o *Emílio* exerceu no fim do século XVIII, Rousseau é considerado por muitos estudiosos como o “pai” da pedagogia moderna (CAMBI, 1999; ARANHA, 2006; PILETTI; PILETTI, 2013). Muitos pensadores foram influenciados não só pelas ideias rousseauianas como fizeram delas seu ponto de partida para suas obras, tais como Pestalozzi, Herbart, Froebel, importantes intelectuais para a educação de crianças, demonstrando a intensidade do seu discurso para o debate educativo.

As ideias de Rousseau, ainda muito discutidas hoje, parecem muito atuais quando o autor nos convida a “começai, pois, por melhor estudar vossos alunos, pois com toda certeza não os conheceis;” (ROUSSEAU, 2004, p. 4). Em um mundo adultocêntrico, onde sabemos muito pouco sobre as crianças torna-se emergente conhecê-las a partir de suas especificidades como fez Jean-Jacques Rousseau.

## Referências

- ARANHA, M. L.de A. *Filosofia da educação*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Tradução: Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M.s C. de. e KUHLMANN Jr., M. (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p.11-60
- CAMBI, F. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CERIZARA, B. *Rousseau: A Educação na Infância*. São Paulo: Scipione, 1990.
- CHÂTEAU, J. *Jean- Jacques Rousseau. As philosophie de l'éducation*. Paris, J. Vrin, 1962.
- COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DALBOSCO, C. A. Paradoxos da educação natural no *Émile* de Rousseau: os cuidados do adulto. *Educação e Sociedade*. Vol.30 N.106. Campinas: Jan./ Abril, 2009. p. 175-193. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 03 dez. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Educação Natural em Rousseau: das necessidades da criança e dos cuidados do adulto*. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. Primeira infância e educação natural: as necessidades da criança. *Revista de Educação*, Porto Alegre, n. 2, n. 62, p. 313-336, 2007.
- DELUMEAU, J. *A civilização do renascimento*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- DOZOL, M.de S. *Rousseau: Educação, a máscara e o rosto*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GRUMICHÉ, M. C. D. *Da ideia de Infância em Jean-Jacques Rousseau ou Do “Sono da Razão”*. 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. *História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- QUEIRÓZ, F. P. *O conceito de infância e o papel do educador em Rousseau*. 2010. 79f. Dissertação de mestrado - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.



ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da Educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARMENTO, M. J. *Imaginário e culturas da infância*, 2003. Disponível em: [http://www.iec.minho.pt/cedic/textos de trabalho](http://www.iec.minho.pt/cedic/textos_de_trabalho). Acesso em: 03 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Crianças: educação, culturas e cidadanias activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

SOËTARD, M. *Jean-Jacques Rousseau*. Tradução: Verone Lane Rodrigues Doliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

STRECK, D. R. *Rousseau e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

